

**CIDADES**

Vandrê Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br



Calote com IPTU e ITU chega a R\$ 870 milhões em Goiânia

Em apenas 31 bairros de toda capital, mais da metade dos imóveis não devem IPTU e ITU à Prefeitura. Setor Bueno soma débito de mais de R\$ 41,5 milhões em 17 anos

05/05/2018 - 19:00



(Foto: Fabio Lima/O Popular)

Em Goiânia, dois a cada três imóveis têm alguma dívida em aberto de Imposto Territorial Urbano (ITU) ou Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) entre 2000 e 2017, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Finanças (Sefin), feito a pedido de O POPULAR. O relatório mostra que em apenas 31 bairros da capital, o índice de adimplência chega a ser maior que 50%. Por outro lado, em 21 setores, mais de 99% dos imóveis estão com algum valor em débito, desde uma parte de uma fatura a até nenhum pagamento efetuado. No total, os recursos a serem recebidos somam mais de R\$ 870 milhões.

A Rua da Paz, no Setor Mundo Novo III, na Região Oeste de Goiânia, divide o bairro com o Residencial Jardins do Cerrado I e também o esgoto a céu aberto, a poeira da via sem asfalto, além de cinco áreas públicas municipais em que não foram dados os usos devidos até então. Os moradores do local afirmam que os espaços só são roçados quando as autoridades vão visitar, junto com promessas de finalizar a infraestrutura, melhorar a iluminação e aumentar as vagas da creche, que só funciona em meio período. "Mas o IPTU chega todo mês e a gente tem que pagar", diz a maioria dos moradores.

A relação entre a estrutura e o pagamento do imposto é comum nos bairros da capital, a ponto de moradores questionarem a razão da obrigatoriedade, já que não recebem o retorno devido da municipalidade. Para se ter uma ideia, no Mundo Novo III, 96% dos 655 imóveis apresentam dívidas com o Paço. Ou seja, estão com a certidão negativa por algum valor não pago desde o ano 2000. Toda esta dívida do bairro soma R\$ 289 mil.

Continue lendo

Mais lidas

- 1 Calote com IPTU e ITU chega a R\$ 870 milhões em Goiânia
- 2 Paço tem R\$ 870 milhões a receber
- 3 Proprietário aguarda benfeitorias
- 4 Sefin reforça desvinculação
- 5 Parcelas do IPTU e ITU vencem nesta sexta-feira, 20

imóveis somam uma dívida de mais de R\$ 68 mil.

Mas isso não quer dizer que, se a dívida for paga, em qualquer um dos dois setores citados, as estruturas necessárias vão aparecer. O advogado Márcio Moraes, especialista em Direito Urbanístico, explica que os impostos são uma categoria dos tributos que não têm seus recursos vinculados. “O IPTU não é vinculado à sua origem, essa ideia de que eu pago o imposto e preciso ter o bem não é correta. A gente paga para a cidade, só por ter um imóvel.” Ou seja, em resumo, os cidadãos devem pagar os impostos e a gestão pública pode usar os recursos da maneira que bem entender, levando em conta apenas as regras constitucionais dos limites para educação e saúde.



Relação

Do mesmo modo, pagar o imposto não indica que se vá ter a infraestrutura desejada pelos moradores. Por exemplo, dos 90 lotes no Residencial Jardins do Cerrado V, na Região Oeste de Goiânia, somente 7% deles têm alguma dívida de ITU com a Prefeitura, o que, somados, dá R\$ 163, sendo o único bairro de Goiânia que possui um índice de inadimplência menor que 16%. Mas não há nem mesmo previsão de lançamento do novo bairro, que é área de interesse social e de responsabilidade do município.

Ao mesmo tempo, no Setor Bueno, na Região Sul, 67% dos 49.625 imóveis devem ITU ou IPTU, chegando a mais de R\$ 41,5 milhões em dívidas, e assim mesmo o bairro possui boa infraestrutura instalada, áreas de lazer, asfalto, linhas de ônibus, iluminação e serviços públicos. Para se ter uma ideia, esse mesmo índice de inadimplência, com uma dívida de cerca de R\$ 111 mil, está a Vila Mutirão II, na Região Noroeste, em que os moradores sofrem com problemas de linhas de ônibus, asfalto e calçamento deficiente e baixa oferta de serviços públicos. Outros 279 bairros de Goiânia têm entre 61% e 70% de seus imóveis com alguma dívida.

O problema afeta até mesmo os condomínios fechados da capital, em que muitos moradores argumentam que o imposto não deveria ser cobrado, já que a estrutura interna do loteamento foi feita pela iniciativa privada, além de arcarem com a iluminação, áreas de lazer e contemplação, segurança privada e outros serviços. No Condomínio Aldeia do Vale, na Região Norte, a inadimplência chega a 47% dos imóveis, com a dívida somando mais de R\$ 6 milhões.

“Como cidadão, parece injusto o cidadão pagar o seu imposto e não ter o retorno. Mas como advogado é assim mesmo”, diz Moraes. No entanto, ele reforça que o voto é o poder que o cidadão tem para tentar modificar isso, já que o recurso passa para a Prefeitura, que o usa da maneira que convier, com algumas ressalvas. “O que se pode fazer é questionar a gestão dos gastos, se está investindo naquilo que é necessário para a cidade. Mas, na prática, a gestão pode usar o recurso do IPTU só para pagar a folha de funcionários, por exemplo”, explica.

“A relação do cidadão com o poder público não é consumerista, não dá para pensar que vamos pagar o imposto e ter o asfalto na porta de casa por causa disso. Mas, ao mesmo tempo, se deixa de pagar, contribui para que não se tenha recurso para fazer o investimento”, alega Moraes. A arquiteta e urbanista Janaína Holanda, conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanista de Goiás (CAU-GO), reforça que quando se pensa em cidade, o cidadão deve ter direito a tudo, como lazer, educação e saúde. Assim, mesmo sem ter uma relação tão direta com os

Cidades dívidas IPTU ITU Goiânia Prefeitura Bairros

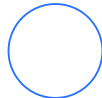
Leia também:



Comentários

Os comentários publicados aqui não representam a opinião do jornal e são de total responsabilidade de seus autores.

 **CIDADES**



Vandré Abreu



Paço tem R\$ 870 milhões a receber

05/05/2018 - 19:00

construções e nem mesmo as moras e as multas que podem ser cobradas. O valor é mais de R\$ 300 milhões a menos do que a estimativa de arrecadação de Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU) para 2018.

O superintendente de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Finanças (Sefin), Lucas Moraes, relata que a quantidade de imóveis em débito com a Prefeitura assusta em um primeiro momento, mas que a situação é muito parecida com o que se tem nas outras cidades do País. "A gente vai para os congressos das secretarias de finanças e sai daqui agoniado com os problemas de Goiânia, e quando chega lá dá até um alívio de saber que os problemas são os mesmos em outros lugares", conta.



Segundo Moraes, a Prefeitura tem executado a dívida dos imóveis da capital, o que leva à negativação do nome do proprietário. "Para se ter uma ideia, apenas com uma procuradora do município há 3 mil processos para a execução da dívida", diz. A execução é uma tentativa de forçar o pagamento do débito e que, com o andamento, pode levar até ao bloqueio de bens ou ida ao leilão.

Um caso conhecido é o da sede do Jockey Clube de Goiás, localizado na Rua 3 com a Avenida Anhanguera, no Setor Central. Com dívidas de IPTU que somavam mais de R\$ 30 milhões, o imóvel já havia sido executado, mas mesmo assim ainda não houve a quitação do débito. A atual diretoria do clube pretendia vender o imóvel no fim do ano passado para participar do programa do Refinanciamento Fiscal, em que a multa e a mora pode ser perdoadada.

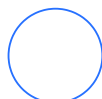
Navegue pelo assunto:

[Cidades](#) [Dívidas](#) [IPTU](#) [ITU](#) [Goiânia](#) [Bairros](#)

Leia também:

Comentários

Os comentários publicados aqui não representam a opinião do jornal e são de total responsabilidade de seus autores.



Vandré Abreu

Proprietário aguarda benfeitorias

05/05/2018 - 19:00

(Foto: André Costa / O Popular)



Na Rua Luíza Coimbra Bueno, no Residencial Jardins do Cerrado 4, na Região Oeste de Goiânia, não tem asfalto, nem esgoto e a coleta de lixo é deficitária. Uma moradora que não quis ser identificada garante ter pago todas as parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos 9 anos em que mora no bairro. “Pago porque se não podem cobrar depois com multa, mas não tem motivo nenhum, não temos nada aqui, nem praça e só uma linha de ônibus para todos os Jardins do Cerrado, sempre lotado”, revela.

Se por um lado os goianienses alegam a falta de estrutura e de serviços na cidade para compensar o pagamento do Imposto Territorial Urbano (ITU) ou IPTU, a Prefeitura afirma que a inadimplência dificulta a realização de investimentos. “Se a Prefeitura recebesse esse valor de R\$ 870 milhões de dívidas, poderia fazer muita coisa, mas não necessariamente seria obrigada a fazer”, explica o advogado Márcio Moraes, especialista em Direito Urbanístico. Para ele, existe no Direito Tributário a discussão de quem tem a obrigação primeiro, mas, em geral, vale a regra de o cidadão pagar para depois poder receber.

A arquiteta e urbanista Janaína Holanda, conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanista de Goiás (CAU-GO), acredita que o pensamento em geral da população sobre a vinculação do imposto com as benfeitorias ocorre justamente por descreditarem no retorno. “Pensam que é só mais uma obrigação, que não vão receber nada em troca e leva a não pagar, mas deve pagar e exigir benfeitorias, com transparência.”

Ela explica que estes dois impostos são os mais importantes para a administração municipal. Até por isso, a falta de pagamento do imposto leva a aumentar as chances dos municípios de não receber a estrutura ou o serviço que é de seu direito. “Com uma diminuição nos serviços, por causa da crise econômica, há menor arrecadação de ISS (Imposto Sobre Serviços), e o IPTU é o que sustenta, sendo a fonte primária de recursos do município, além dos repasses do governo federal”, conta.

Para ela, as razões do não pagamento dos impostos podem ser várias e que a Prefeitura deveria analisar os casos para averiguar. “No caso dos bairros mais periféricos pode ser uma dificuldade em fazer o pagamento mesmo.” Por outro lado, a Prefeitura deve levar em conta a realização de investimentos em todas as áreas da cidade, não só na região mais central.

Navegue pelo assunto:

[Cidades](#) [Dívidas](#) [IPTU](#) [ITU](#) [Goiânia](#) [Bairros](#)

Leia também:

Comentários

Os comentários publicados aqui não representam a opinião do jornal e são de total responsabilidade de seus autores.

 CIDADES


Vandré Abreu



Sefin reforça desvinculação

05/05/2018 - 19:00

O superintendente de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Finanças (Sefin), Lucas Moraes, reforça que o imposto não tem qualquer vínculo, podendo ser usado como a administração desejar. “Se valesse o argumento de que só paga pelo o que recebe, os condomínios fechados poderiam alegar a mesma coisa e não pagar. Mas não é essa a ideia. A obrigação é de pagar, independente do que se tem no bairro”, diz. Outro ponto esclarecido é sobre a desnecessidade de ter todos os equipamentos públicos em todos os bairros da cidade. Ou seja, em setores menores e contíguos, em muitas das vezes, apenas uma escola municipal ou unidade de saúde é suficiente para atender toda a população residente na área, não sendo benefício apenas para os moradores do bairro específico. A dívida com o Paço Municipal, no entanto, poderia ser ainda maior, já que ainda cerca de 18 mil imóveis da capital possuem isenção total de imposto e não foram considerados no relatório da Sefin. E ainda há 2,4 mil com isenção parcial dos impostos.

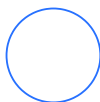
Navegue pelo assunto:

[Cidades](#) [Dívidas](#) [IPTU](#) [ITU](#) [Goiânia](#) [Bairros](#)

Leia também:

Comentários

Os comentários publicados aqui não representam a opinião do jornal e são de total responsabilidade de seus autores.

 CIDADES


Parcelas do IPTU e ITU vencem nesta sexta-feira, 20